

Doenças já atingem colonos de Banzaê

Banzaê (pelo telefone) – A situação dos colonos desabrigados de Banzaê se agrava a cada dia. A proliferação de doenças infecto-contagiosas como a tuberculose e casos de desidratação e diarreia são uma preocupação, a mais para a prefeita Jailma Dantas Gama Alves que, em conversa por telefone com A TARDE, garantiu ontem que, caso os representantes da Funai não solucionem até amanhã o problema dos índios, ela não terá como impedir a marcha até Brasília de cerca de mil colonos e suas famílias para denunciar “o estado de calamidade em que o município se encontra”. Jailma Alves fez severas críticas aos funcionários da Funai que tentavam se reunir mais uma vez ontem com os caciques Lázaro e Manoel, afirmando que eles só se preocupam com a questão indígena, se esquecendo da miséria por que passam os brancos desde o início do conflito.

A reunião entre os representantes indígenas e a Funai foi programada para Ribeira do Pombal e os colonos até o final da manhã de ontem não haviam tido acesso ao local, apesar dos protestos e apelos da prefeita de Banzaê. Outra preocupação dos habitantes é a interrupção das atividades escolares uma vez que as escolas estão todas ocupadas pelos sem-teto, deixando inativos em torno de 3.500 alunos. A situação dos colonos foi um pouco amenizada, segundo Jailma Alves, com o envio por parte do governo do Estado de 800 cestas básicas que deram para alimentar, por enquanto, 627 famílias que se multiplicam em cerca de três mil pessoas. Ela informou que além de medicamentos, a Secretaria da Saúde estadual deverá enviar médicos e enfermeiros para o local amanhã.

Clima de incerteza

O município de Banzaê, com uma população estimada em 11 mil habitantes, vive um clima de incertezas, medo e revolta. As famílias de colonos espalhadas onde haja espaço disponível continuam em situação deplorável. Homens, mulheres e crianças convivem em si-



Foto: Antônio Saramino

Procuradores Roberio Nunes e Geisa de Assis criticam a morosidade do Ministério da Justiça

tuação totalmente desfavorável. As moléstias oportunistas já começam a aparecer e não havia, pelo menos até ontem, qualquer perspectiva de solução para o impasse. As queixas e críticas da prefeita Jailma Alves vão além da Funai, se estendem à Polícia Federal, que teria se demorado a atender seus apelos e, quando o fez, resumiu sua ajuda a apenas cinco agentes que se limitaram a dar proteção aos funcionários da Funai, em Ribeira do Pombal, e atinge Brasília. “O presidente Fernando Henrique está unicamente se preocupado com a reeleição, o resto que se dane. Está mais uma vez comprovado que o propalado compromisso de Brasília com o social é pura demagogia”.

Na avaliação da prefeita, a intervenção seria a melhor solução para o impasse, mas ela acha que a intervenção da Funai é mero paliati-

vo para uma situação que poderia ser resolvida já em 1986 quando foi feita uma avaliação das terras, sabendo-se que 12.300 hectares per-

tencem aos índios, mas não se tratou das indenizações e o problema foi se avolumando até explodir no conflito atual.

Caciques acertam trégua

Os caciques Lázaro e Manoel chegaram a um acordo com a Funai, no final da tarde de ontem, e decidiram pôr uma trégua até o dia 15 de abril. Até lá as duas facções dos kiriris não vão promover a retomada de novas áreas ocupadas pelos colonos nem vão entrar em conflito.

Pelo acordo firmado durante reunião no Fórum de Ribeira do Pombal, os índios não vão doar as áreas reocupadas nos últimos dias e os colonos terão de permanecer onde estão.

O prazo dado pelos índios é considerado apertado para que a Funai consiga os R\$ 6 milhões necessários para resolver o problema. O dinheiro só pode ser obtido via medida provisória assinada pelo presidente ou por suplementação orçamentária votada pelo Congresso Nacional.

Posseiros desabrigados

A Procuradoria da República da Bahia espera que o Ministério da Justiça se pronuncie rapidamente sobre a intervenção em Banzaê. Caso contrário, segundo os procuradores federais Roberio Nunes dos Anjos Filho e Geisa de Assis Rodrigues, será impetrada uma ação de improbidade administrativa contra a Funai, através da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, por não adotar medidas cabíveis e ferir os princípios da administração pública. Eles também estão tentando negociar a questão referente ao valor das indenizações, e dos poucos recursos disponíveis com o corte no orçamento do órgão destinado ao caso. “Também é preciso observar que não é só indenizar, mas reassentar todas essas famílias”, observou o procurador federal, enquanto a procuradora lembrava que os três mil posseiros desabrigados estão alojados em escolas e, com isso, além de tudo, crianças estão com o ano letivo comprometido.

Outro aspecto ressaltado pelos procuradores é que a situação dos Kiriris não é única e que, a qualquer momento, pode se repetir pelo estado pois há 19 áreas pendentes no estado, por “irresponsabilidade e descaso para com os índios”. Entre as quais eles enumeraram as tribos dos Pataxós, no Sul, juntamente com os Pataxós Hãhãhã: dos Kaimbês; os Pancarés, mais ao Norte, junto dos Tuchás. Esta, aliás, se dividiu quando a Chefê construiu a Barragem de Itaparica e até hoje suas terras não foram demarcadas - uma parte está ao Norte do estado e a outra, no Baixo Médio São Francisco. Nesse ponto os procuradores observaram ainda a discriminação dupla por que passam os indígenas do Nordeste, uma vez que as autoridades, assim como as entidades internacionais centralizam sua preocupação na

Amazônia. Índio no Nordeste não é prioridade.

Descaso do governo

O caso dos Kiriris reflete não só o descaso do governo, através da Funai, mas o reforço da situação, uma vez que, a cada avanço do cacique Lázaro em sua ocupação, a Funai endossou com indenizações emergenciais. Esta postura tem reflexos sócio-antropológicos, reforçando a cisão entre as tribos. O erro, observou Geisa de Assis Rodrigues, começou quando o governo ignorou as observações do Ministério Público Federal, alertando, no início da década de 90 - quando ocorreu uma avalanche de emancipações municipais - que Banzaê não podia se tornar município, pois 70% de suas terras são indígenas. “Isto pode ser comprovado, pois há registros históricos desde 1700”, acrescentou.

Nos relatórios da Procuradoria consta que no povoado de Araçás, 70% das famílias foram indenizadas. Já em Marcação, apenas 16 das 235 famílias receberam indenização. Miandela, um dos pontos de conflito entre as duas facções, em 94, teve suas 231 indenizações consumadas. Em Segredo só quatro foram efetuadas, faltam 150. São números que comprovam a tese da Procuradoria e reforça a atitude do cacique Lázaro, de ocupar para reaver suas terras, cansado de esperar pela Funai. Com isso ele se sobrepõe ao cacique Manoel, mais pacifista, que prefere aguardar o descaso oficial do governo. Além das indenizações, dos necessários reassentamentos, a Procuradoria tem pela frente outra questão a resolver, sem se intrometer na política interna da tribo, a missão de pacificar as duas facções.

229 1113 4468

201

4